



XLIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

QUARTA ETAPA

PONTOS PARA A PROVA ORAL

Ponto 1

- Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio.
- Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência.
- Princípios constitucionais do Direito Penal. *Habeas corpus* e mandado de segurança em matéria criminal.
- Poder Constituinte originário, derivado e decorrente.
- Princípios de direito eleitoral.
- O Direito de Empresa no novo Código Civil. Perfis da empresa. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos. Classificação. Sociedades. Propriedade Industrial.
- Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo.
- Função administrativa. Atos administrativos. Princípios regedores da Administração. Servidores públicos.
- A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
- Objeto da Sociologia Jurídica.

Ponto 2

- Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. *Habeas Data*.
- Princípios e definições gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Princípios constitucionais do Processo Penal. A Lei n. 11.340/06.
- Organização do Estado Brasileiro.
- Partidos políticos.
- Sociedades Empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Títulos de crédito.
- Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares.
- Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia. Desapropriação.
- Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.
- Princípios da Sociologia Jurídica.

Ponto 3

- Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
- Da família substituta. Guarda. Adoção. Tutela.
- O tipo dos crimes dolosos e de imprudência. Os tipos nos crimes de omissão. O Sistema dos Juizados Especiais Criminais.
- Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa Brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988.
- Elegibilidade.
- Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas.
- Princípios tributários da legalidade e da determinação conceitual. Competência tributária municipal.
- Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração.
- Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.
- Relação da Sociologia Jurídica com a Psicologia.

Ponto 4

- Natureza jurídica da ação. Classificação das ações. Condições da ação.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- Investigação Criminal. A Lei n. 11.343/06. Da Execução Penal.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.
- Ação de impugnação de registro de candidatura.
- Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.
- Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.
- Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.
- Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.
- Função prática da Sociologia Jurídica.

Ponto 5

- Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
- Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.

- Antijuridicidade, culpabilidade e exculpação. Ação penal. Das questões e processos incidentes.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.
- Abuso de poder econômico e político.
- Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.
- Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.
- Agência Reguladora. Intervenção do Estado na propriedade.
- A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.
- O Código de Ética da Magistratura.

Ponto 6

- Processo. Procedimento. Sujeitos, Objeto e pressupostos da relação jurídica processual. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Validade, invalidade e convalidação dos atos processuais. Prazos no processo, contagem e preclusão. Gratuidade de Justiça.
- Medidas de proteção e prevenção. Medidas aplicadas aos pais e responsáveis.
- Da formação, suspensão e extinção do processo penal. Dos crimes contra a liberdade sexual.
- Arguição de inconstitucionalidade no Estado do Rio de Janeiro.
- Financiamento de campanha eleitoral.
- Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
- Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
- Controle da Administração. Controle interno e externo. Tribunais de Contas.
- Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental. Dano e reparação.
- Independência do Juiz.

Ponto 7

- Dos contratos em geral. Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Da locação de coisas. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança. Arrendamento Mercantil.
- Prática do ato infracional. Da remissão. Medidas socioeducativas.
- Autoria e participação. Tentativa e consumação. Dos crimes contra o patrimônio. Estatuto jurídico dos sujeitos processuais.
- Processo legislativo e espécies normativas.
- Propaganda político-eleitoral.
- Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.

- Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. ICMS – Seletividade.
- Garantias dos administrados: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
- Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
- Imparcialidade do Juiz.

Ponto 8

- Poder Judiciário. Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Juizados Especiais Cíveis. Partes. Advogados. Ministério Público. Defensoria Pública.
- Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Desconsideração da personalidade jurídica. Ações Coletivas.
- Prova penal. Da tutela penal do consumidor.
- Direitos humanos.
- Recurso contra expedição de diploma.
- Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Processo judicial tributário: ação consignatória.
- Ação de improbidade. Ação civil pública. Princípios administrativos. Agentes públicos.
- Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
- Infrações éticas. Sanções.

Ponto 9

- Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa.
- Crimes e Infrações Administrativas no ECA.
- Dos procedimentos ordinário, sumário e do Júri. Dos crimes contra a pessoa.
- Direitos fundamentais explícitos e implícitos.
- AIJE por abuso de poder.
- A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Sociedade. Propriedade Industrial.
- Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal: garantias do Juízo.
- Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
- Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.
- Distinção entre a Filosofia geral e a Filosofia Jurídica.

Ponto 10

- Jurisdição e competência dos Órgãos Jurisdicionais. Conflito de Competência.
- Responsabilidade específica das concessionárias de serviços públicos, instituições financeiras, planos de saúde, seguradoras e profissionais liberais. Contratação.
- Sentença penal. Unidade e pluralidade de fatos puníveis. A extinção da punibilidade. Dos crimes contra a administração pública.
- Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
- Ação por captação ou gasto ilícito para fins eleitorais.
- Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
- Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
- Procedimento administrativo. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e anuláveis. Sanatória.
- Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
- Importância da Filosofia na função judicial.

Ponto 11

- Da responsabilidade civil. Da indenização por dano moral. Responsabilidade Civil por perda de uma chance. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Petição inicial. Comunicação dos atos processuais. Defesa do Réu, revelia. Antecipação da tutela jurisdicional, saneamento do processo. Prova. Audiência.
- Medidas cautelares no processo penal. Interceptação das comunicações telefônicas e de dados. Escuta ambiental. Lei n. 9.455/97.
- Direitos da cidadania.
- Ação por captação ilícita de sufrágio.
- Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pela sociedades anônimas. Sociedades.
- Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. ICMS - não-cumulatividade. Conflito ICMS x ISS.
- Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos. Atos punitivos. Processo e procedimento. Princípios regedores. Responsabilidade civil do agente público.
- Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
- Equidade.

Ponto 12

- Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. Direito de superfície. Loteamento e incorporação imobiliária.
- Audiências. Prova. Julgamento conforme o estado do processo. O Juiz e a prova. Sentença e coisa julgada. Ação Rescisória. Recursos.

- Sentença penal. Recursos no processo penal. A Lei n. 10.826/03.
- Intervenção Federal e intervenção Estadual.
- Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
- Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
- Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
- Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou de fazer. Ação demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.
- Teoria Tridimensional do Direito.

Ponto 13

- Das servidões. Do compromisso de venda e compra. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.
- Cumprimento de sentença e processo de execução. Execução de obrigação de fazer, de não fazer, de dar e de pagar quantia. Execuções especiais e específicas. Defesas do executado. Liquidação de sentença. Embargos de terceiro.
- Nulidades. A Lei n. 10.741/03. A Lei n. 8.069/90.
- Princípios constitucionais da Administração Pública.
- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.
- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.
- Licitação e contratos administrativos.
- Política Ambiental e Urbanismo.
- Interpretação Jurídica.

Ponto 14

- Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar, disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. Tutela. Curatela.
- Processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos.
- Jurisdição e competência. O Sistema dos Juizados Especiais Criminais.
- Princípios constitucionais da ordem econômica.
- Inelegibilidades constitucionais.
- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.
- Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- Atos administrativos. Contratos administrativos.

- Política ambiental na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- Democracia e Estado de Direito.

Ponto 15

- Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Procedimentos especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária regulados no CPC e em outras Leis. Arbitragem.
- O Pacto de São José da Costa Rica. Dos crimes contra a pessoa. Súmulas vinculantes.
- Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988.
- Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
- Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: ação repetitória; ação com pedido compensatório.
- Atos vinculados e discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito. Controle de políticas públicas.
- Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.
- Atuação do Judiciário como Poder Político.